

Presidente defende a revisão econômica

HELIVAL RIOS

O presidente Itamar Franco deverá abrir nos próximos dias uma frente de contatos com as lideranças dos partidos políticos e com todos os governadores. O objetivo é a de mobilizar uma base de apoio com vistas a antecipar, para maio próximo, uma parte da revisão constitucional, cujo início está previsto para outubro deste ano. A idéia do Governo, pelas informações obtidas ontem no Ministério da Fazenda, é de antecipar pelo menos a parte econômica na revisão constitucional. E esta necessidade, segundo entende o ministro Eliseu Resende, deve-se a um motivo muito simples: sem revisão constitucional, não há como a sua equipe apresentar um programa de estabilização econômica.

Para o ministro Eliseu Resende, ainda segundo se informava ontem no Ministério da Fazenda, de nada adianta o Governo fingir que está fazendo um plano se não houver condições de promover mudanças estruturais na economia. Tais mudanças, contudo, somente podem ser feitas através de uma alteração da Carta constitucional. Caso contrário, o Governo estará apenas ganhando tempo e apresentando soluções paliativas para a crise brasileira.

A revisão constitucional parcial imaginada pelo Governo — segundo se afirma no Ministério da Fazenda — deve contemplar medidas como uma profunda reforma do

Quinta-feira, 1/4/93 • 5

em maio



Proposta de Eliseu encontra a resistência tanto no pedessista Delfim quanto no "tucano" José Serra

sistema tributário; um novo rateio dos recursos tributários e dos encargos entre a União, os estados e os municípios e ainda a adoção de medidas que viabilizem a solução dos grandes passivos da União (débitos do FGTS, dos estados e municípios, do FCVS, etc).

O objetivo básico buscado com a antecipação de reformas estruturais econômicas na revisão constitucional é a conquista do equilíbrio pleno nas contas do Tesouro Nacional — de modo a se igualar as receitas com as despesas, incluindo-se entre estas os juros das dívidas ex-

terna e pública interna —, além da retomada do crescimento econômico.

Uma vez conquistado o equilíbrio das contas públicas através das mudanças estruturais apregoadas pelo Governo, um dos primeiros reflexos imediatos desta conquista será uma redução das taxas de juros domésticos. Outro importante reflexo será a queda da inflação (já que o Governo estará atuando na sua principal causa primária, o déficit público).

Com juros baixo haverá, certamente, como se afirma no Minis-

rio da Fazenda, uma retomada dos investimentos. Com inflação em baixa, juros menores e investimentos em alta, todo o cenário estará montado para a retomada do crescimento econômico, espera o Governo. Entretanto, segundo se diz no Ministério da Fazenda, nada disso poderá ocorrer sem que sejam feitas as reformas estruturais. Estas, por sua vez, somente serão realizadas com uma revisão constitucional. E como o País tem pressa no combate à inflação e na retomada do crescimento, não pode deixar esta iniciativa para o mês de outubro.